



APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS NA SAÚDE, EDUCAÇÃO E MÍDIAS

Prof^a. Dr^a. Claudiene Santos(UFU)¹

Prof. Dr. Javier Rodriguez Mir (UAM)²

Prof^a. Dr^a. Maria Fernanda González (UNER)³

(Organizadoras/or)

A atualidade é marcada pelo imediatismo, mudanças e crises constantes que provocam violências estruturais e simbólicas, bem como resistências, emergência de novos movimentos sociais e resiliência de grupos vulnerabilizados e marginalizados, que estão em constante adaptação. O dossiê “Violências e resistências em saúde, educação e mídia” visa chamar a atenção e tornar visíveis as diferentes formas de violência que são geradas em múltiplas áreas e contextos.

¹ Doutora em Psicologia (FFCLRP/USP). Mestre em Psicologia (FFCLRP/USP) com Licenciatura Plena e Bacharelado em Ciências Biológicas (UFU). Professora Associada III da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) no Instituto de Ciências Humanas do Pontal, no Curso de Pedagogia. Atua no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Cinema da Universidade Federal de Sergipe/UFS na Linha de Pesquisa Cinema e Narrativas do Contemporâneo. Líder do Grupo de Pesquisa Gênero, Sexualidade e Estudos Culturais (GESEC). E-mail: claudiene.santos@ufu.br

² Doctor en Antropología Social por la Universidad Autónoma de Madrid (UAM) y profesor en el Departamento de Antropología Social y Pensamiento Filosófico Español (UAM). Sus líneas de investigación se desarrollan en las áreas de la antropología médica, las políticas públicas y los derechos humanos. Como etnógrafo ha realizado trabajos de campo con indígenas wichí de Argentina, con las comunidades del norte de Sierra Leona y últimamente con las comunidades quilombolas del nordeste de Brasil. En relación con la etnografía urbana ha participado en trabajos de campo en Madrid, especialmente en el ámbito de la migración. Es autor de libros y de numerosos artículos publicados en revistas académicas especializadas de antropología social y medicina. E-mail: javier.rodriguez@uam.es

³ Doctora en Psicología (UAM; España), profesora titular y coordinadora de la Diplomatura en Salud mental perinatal con enfoque de género y derechos humanos de la Facultad de Ciencias de la Salud, Universidad Nacional de Entre Ríos, Argentina. Sus intereses de investigación se centran en la intersección entre el género, la salud y los derechos humanos, así como en los procesos de enseñanza y aprendizaje mediados por tecnologías en la universidad. E-mail: maria.gonzalez@uner.edu.ar

No campo da saúde nos encontramos e enfrentamos um sistema hegemônico, que, com forte herança patriarcal, exerce violência desmedida sobre corporalidades, sobre as sexualidades e sobre as performatividades de gênero, dentre outros eixos, como o avanço sobre territórios tradicionais e o racismo ambiental, que afetam a saúde das comunidades.

A educação é fundamental para o enfrentamento às múltiplas violências e ao futuro das novas gerações. Nos ambientes educativos escolares e não escolares encontramos histórias silenciadas ou transformadas que tentam nos fazer esquecer as ricas memórias históricas de povos subjugados e marginalizados. Uma história oficial dos grupos hegemônicos tende a invisibilizar outras narrativas. A educação surge como uma das ferramentas mais poderosas para combater o racismo, o sexismo, o machismo e educar as futuras gerações sobre tais práticas. É fundamentalmente uma aprendizagem baseada no respeito e na interculturalidade.

A violência na mídia, muitas vezes se torna uma arma manipulada por grupos dominantes para formar opiniões e projetar discursos que moldam as relações étnico-raciais e de gênero. Constantemente são lançadas narrativas impregnadas de estigmas sociais dirigidas a grupos minoritários como sujeitos/as de direitos, carregadas de uma ideologia que propõe a branquitude e o branqueamento, o epistemicídio e o borramento de vozes plurais, como caminho a seguir e/ou violam corpos dissidentes e/ou grupos minoritários. Contudo, a mídia também pode ser espaço profícuo de denúncias, resistências e disseminação de contranarrativas.

Assim este dossiê é composto por uma entrevista e três blocos, brevemente descritos a seguir:

Nossa entrevistada é a doutora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, professora emérita da Universidade Federal de São Carlos, primeira mulher negra a ocupar assento no Conselho Nacional de Educação e referência por sua grande contribuição para a Educação das relações étnico-raciais; práticas sociais e processos educativos; políticas curriculares e direitos humanos. Foi a relatora do Parecer CNE/CP 3/2004 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. Sua contribuição foi crucial para a implementação da Lei 10.639/03⁴, que em 2003,

⁴ Lei 11645, de 10 de março de 2008 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional,

comemora vinte anos e, nesta entrevista, ela aborda os desafios para uma educação antirracista que esteja alinhada ao projeto de nação que se deseja, a fim de que a diversidade de brasileiras e brasileiros possa se expressar por meio do diálogo não assimilacionista, para uma nação plural, multi e intercultural e por/para uma sociedade não violenta.

O dossiê é composto por artigos com uma gama de temas e abordagens teóricas que podem ser agrupados em três grandes blocos. O primeiro faz referências às violências, à educação, às infâncias e às juventudes. Nesse grupo, são tratadas problemáticas sociais extremamente graves, como as violências contra as infâncias LGBTQIAPN+, o *bullying* homofóbico e o abuso sexual infantil, entre outros. Também são analisadas diferentes pedagogias, como as pedagogias *queer* e anti-machistas, bem como a educação sexual para a diversidade.

O segundo bloco contém artigos que se dedicam a problematizações sobre violências, racismos e os meios de comunicação, seja no *Instagram* e outras redes sociais, no cinema e no jornalismo com múltiplos olhares na interface com a educação, as sexualidades, os gêneros e as estratégias de resistência.

Finalmente, o terceiro bloco inclui artigos referentes à saúde, à religião, aos direitos humanos e violências e às comunidades ancestrais. Em relação à saúde, são analisadas a equidade em relação às diversidades bem como as violências de gênero e as violências obstétricas. Em relação à religião, abordam-se as ofensivas de gênero e homofobia. Os direitos humanos são abordados tanto no âmbito institucional quanto nos inquéritos policiais a vítimas vulneráveis e, por último, são apontadas práticas docentes e os processos educativos em comunidades indígenas e quilombolas.

Desejamos que a leitura destes artigos provoque reflexões críticas e contribua para uma sociedade justa, igualitária, plural, intercultural e, sobretudo, em que as diversas existências possam coexistir em diálogo e plenitude, a fim de que nosso projeto de nação possa erradicar as violências, desigualdades, segregações e opressões.

para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.